



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**ANGELA MARIA XAVIER**

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM OBJETOS TRIDIMENSIONAIS: perspectiva  
arquivística**

**ORIENTADORA: ANA CLAUDIA CRUZ CÓRDULA**

**JOÃO PESSOA - PB  
2018**

ANGELA MARIA XAVIER

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM OBJETOS TRIDIMENSIONAIS: perspectiva  
arquivística

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: **Ms. Ana Claudia Cruz Córdula**

JOÃO PESSOA – PB  
2018

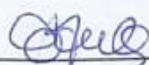
ANGELA MARIA XAVIER

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM OBJETOS TRIDIMENSIONAIS: perspectiva  
arquivística

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel.

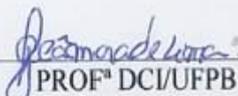
Aprovado em: 26/06/2018

**BANCA EXAMINADORA**



---

PROFª DCI/UFPB  
Ms. ANA CLAUDIA CRUZ CÓRDULA  
**ORIENTADORA**



---

PROFª DCI/UFPB  
Ms. GEYSA FLÁVIA CÂMARA DE LIMA  
**EXAMINADORA**

---

GESTORA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO SEBRAE-PB  
Ms. EDIENE SOUZA DE LIMA  
**EXAMINADORA EXTERNA**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

X3r Xavier, Angela Maria.  
REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM OBJETOS TRIDIMENSIONAIS:  
perspectiva arquivística / Angela Maria Xavier. - João  
Pessoa, 2018.  
28 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Objetos tridimensionais. 2. Representação  
Descritiva. 3. Norma Brasileira de Descrição  
Arquivística. I. Título

UFPB/CCSA

## AGRADECIMENTOS

À **DEUS**, em primeiro lugar, por tudo que Ele tem feito em minha vida, por realizar meu sonho em estudar na Universidade Federal da Paraíba, por me dar forças para desempenhar esse trabalho, pela sua fidelidade, graça e misericórdia durante toda minha jornada até aqui.

Aos meus pais, **Geralda Maria Xavier** e **João Severiano Xavier**, que mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar, me incentivou ao estudo, sendo a base para me tornar a pessoa que sou.

A meu esposo **Roubson Carlos Torres Vilar**, por estar comigo em todos os momentos me apoiando e dando força para continuar esta jornada.

Ao grupo de amigas amadas em especial, **Indalecia Santos** e **Liliane Costa** que serviram como espelho de amizade, respeito e caráter. A amizade de vocês é uma joia preciosa que pude ter em minha vida.

A todos os **colegas do curso de Arquivologia**, agradeço pelos melhores momentos que vivemos nesses memoráveis cinco anos.

A minha orientadora, **Profa. Ms. Ana Claudia Cruz Córdula**, que prontamente se dispôs a estar ao meu lado na construção deste trabalho, suas contribuições, sua dedicação e ensinamentos serão levados para a vida. Contar com sua paciência e direção foram imprescindíveis.

As minhas professoras da banca **Profa. Ms. Geysa Flávia Câmara de Lima** e a **Profa. Ms. Ediene Souza de Lima** as qual tenho muita admiração e respeito, obrigada por aceitarem o convite e por contribuírem com esse trabalho. Em especial as professoras Geysa Flávia e Ana Córdula que estiveram presentes do início e ao fim deste ciclo tão importante na minha vida.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta e indireta para que eu chegasse até aqui, Deus os abençoe grandemente!

# REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM OBJETOS TRIDIMENSIONAIS: perspectiva arquivística

Ângela Maria Xavier

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a aplicação do processo de representação descritiva da informação arquivística em documentos tridimensionais. Além de ponderar a importância da representação nos documentos tridimensionais para viabilizar o acesso e uso da informação nos arquivos e propor a elaboração de uma ficha descritiva com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa descritiva, na qual buscamos através de materiais científicos, fundamentar os conceitos e a aplicabilidade do processo de representação descritiva nos documentos arquivísticos tridimensionais, viabilizando a elaboração da ficha descritiva aqui proposta.

**Palavras-chave:** Objetos tridimensionais. Representação Descritiva. Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

## ABSTRACT

The research aims to reflect on the application of the process of descriptive representation of the archival information in three-dimensional documents and also to ponder on the importance of the representation in the three-dimensional documents, in order to enable the access and the usage of the information in the archives and to propose the elaboration of a descriptive file based on NOBRADE. The methodology used on this research was based on the descriptive research, in which it was sought, through scientific materials, to base the concepts and the applicability of the process of descriptive representation in the three-dimensional archival documents.

**Keywords:** Three-dimensional objects. Descriptive Representation. Brazilian Standard of Archival Description.

## 1 INTRODUÇÃO

A organização da informação é uma etapa da prática arquivística importante para viabilizar o acesso e uso das informações que permeiam os documentos de arquivo, e sua aplicabilidade ocorre com maior frequência em arquivos permanentes. Nesse contexto, tratando-se de documentos tridimensionais, percebemos que esse gênero documental, está mais presente em acervos pessoais, e o fato de serem documentos desprovidos de metadados, torna essa representação um desafio maior, requerendo o apoio do titular ou do responsável pelo acervo, para que haja uma representação mais precisa.

Na arquivologia, destacamos a presença de normas que balizam o processo de representação, e no contexto dos documentos especiais, destacamos a norma internacional, ISAD (g), bem como, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

O contato com a temática ocorreu no quarto período do curso de graduação em arquivologia, na disciplina representação descritiva da informação arquivística II, nesse momento me encantei com o desafio de representar, especialmente os documentos tridimensionais, pois não temos exatamente metadados que explicitem a sua relação com o titular, o que nos é tangível ao primeiro momento é apenas a descrição física do objeto, mas o porque dele ter sido selecionado e a sua relação com o titular, é algo que só se revela no processo de aplicabilidade da descrição arquivística. Sendo este, portanto, um desafio revelador. Na medida em que me aproximei da referida temática e busquei cientificamente meios de compreendê-la percebi uma fragilidade teórica, pouca produção científica no cenário arquivístico envolvendo a representação de documentos tridimensionais. Nesse contexto, impulsionada por um misto de encantamento e desafio, nasce esta temática, com um propósito de colaborar para o panorama científico da arquivologia.

A pesquisa surge de um questionamento inicial: **“Como se dá o processo de representação descritiva da informação arquivística nos documentos tridimensionais?”**

Para responder esses questionamentos, traçamos o nosso objetivos da pesquisa, tendo como objetivo: Refletir sobre o processo de representação descritiva da informação arquivística em documentos tridimensionais com vista a organização, acesso e uso, além de propor um modelo de ficha descritiva para esse gênero documental.

Nessa jornada científica, para alcançarmos os objetivos propostos traçamos os caminhos metodológicos, tendo como foco inicial a pesquisa bibliográfica, ancorada em materiais publicados sobre a temática representação, arquivo, documento tridimensionais e as normas de representação da informação arquivística. A pesquisa é descritiva e exploratória, e descreve a

relação do processo descritivo nos arquivos especiais, mais especificamente os objetos tridimensionais.

## **2 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: para além do documento convencional**

O documento pode ser compreendido sob duas perspectivas: a primeira ancora-se na origem da própria palavra *docere*, que significa “aquilo que ensina”, nesse contexto, o documento pode ser visto como um instrumento que pode ensinar algo a alguém. A segunda perspectiva traz a conotação do documento com o suporte de informação. (TANUS, RENAU, ARAÚJO; 2012).

No contexto deste estudo, ponderamos trazer a tona a distinção entre o conceito de documento e de documento de arquivo, sendo a maior diferença entre eles, o fato de que o documento de arquivo, possui uma relação orgânica com um conjunto documental e com o seu produtor, ao passo que o documento de uma maneira geral, é o suporte que contém a informação. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) o documento é toda a unidade de registro de informações, independente do suporte ou formato. É importante frisar que o conceito de documento é a raiz da palavra documentação adotado inicialmente por Paul Otlet, que criou a Documentação, em 1903, enquanto campo de conhecimento, informação evidenciada em seu artigo intitulado *Les sciences bibliographique setla documentation* (Ciências bibliográficas e documentação). Tanus, Renau e Araújo (2012), aponta o conceito elaborado por Otlet:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos - Realia. (OTLET, 1937 apud TANUS, RENAU, ARAÚJO, 2012, p. 159).

Nesta seara, Ortega e Lara (2010), ao afirmarem que na passagem do século XIX para o XX, em especial à partir de Paul Otlet, que o conceito de documento é trabalhado. Segundo os autores, Otlet juntamente com Henri Lafontaine, preocuparam-se com a necessidade de um controle bibliográfico universal, com o tempo, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia, despertando para as palavras documentação e informação como encaixe melhor em sua proposta. Já nesse período, a conotação do documento, não relacionava-se apenas ao suporte de papel, privilegiando assim a informação independente do suporte em que ela está registrada.

No que diz respeito ao conceito de documento de Arquivo Bellotto (2006, p. 37) relata que “são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relação orgânicas entre si.” A autora destaca também a finalidade do documento como sendo a de “informar com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado” (BELLOTTO, 2006, p. 36).

Rossato e Flores (2015) ressaltam que o documento de arquivo, apresenta quatro características essenciais que os diferenciam dos demais documentos, como os documentos biblioteconômicos, sendo elas: a autenticidade, a naturalidade, a unicidade e a organicidade.

O documento arquivístico apresenta o seu caráter único em função de seu contexto original, sobre esse aspecto Bellotto (2006) relata que a unicidade não se relaciona ao documento ser único, em termo de unidade documental, mas, ao fato de que o documento, ao ser produzido, possui caracteres externos e internos genuínos, e que em hipótese alguma poderá haver outro documento que seja idêntico. Já a organicidade, reflete a relação que os documentos tem de um mesmo fundo arquivístico têm entre si, e com o seu titular.

É importante ressaltar que o documento arquivístico é constituído pela informação e pelo suporte, e os dois são indissociáveis, logo, a forma é fixa e o conteúdo estável. Mas, é interessante atentarmos para o fato de que uma dada informação pode apresentar-se simultaneamente em dois ou mais suportes, comportando dois ou mais gêneros documentais. (CORDULA, 2015). Nesse caso, podemos ter um registro de uma reunião, através da fotografia da reunião, mas também a partir da gravação em áudio da reunião, ambos são registros da reunião, um de gênero iconográfico, e o outro, sonoro.

Nesse contexto, entendemos que o gênero documental é a reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, que necessita de processamento técnico específico como exemplo: documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005).

Nesse contexto recordemos Paul Otlet que já em 1903, alargou o seu olhar para a diversidade de gênero documental ao propor que os documentos não eram apenas os livros e os manuscritos, mas também mapas, ideogramas, desenhos, entre outros. (WOLEDGE, 1983). Esses documentos, merecem um cuidado especial, em detrimento à formas de suportes que a informação se registra, logo, recordemos Paes (2004), ao afirmar que documento especial é:

Aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides – e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc. (PAES, 2004, p. 22).

No contexto da diversidade de gênero documental, destacamos neste estudo, os documentos tridimensionais que compreendem objetos que possuem três dimensões: comprimento, largura e altura. Cordula (2015, p. 99) ressalta: “Com relação aos documentos tridimensionais, é necessário atentarmos para a sua natureza simbólica, haja vista que este gênero documental nem sempre apresenta metadados, passando a ser considerado mais o valor do testemunho.”

Nesse sentido, Camargo e Goular (2007), corroboram:

Entende-se por documentação tridimensional aquela formada por objetos ou artefatos cuja funcionalidade de origem é, na sua maioria, alheia ao caráter probatório e referencial que assumem *a posteriori*, sobretudo por sua natureza simbólica, em relação aos demais componentes de arquivo. A manutenção do estatuto documental dos objetos depende, por isso mesmo, do contexto em que foram produzidos ou acumulados. (CAMARGO; GOULAR, 2007, p.106).

Logo, para considerarmos os documentos tridimensionais como documentos arquivísticos, é necessário que os mesmos tenham sido produzidos e ou recebidos por pessoa física ou jurídica no decorrer de alguma função inerente à vida do titular e tenham sido preservados, por seu valor informacional.

## 2.1 DOCUMENTOS TRIDIMENSIONAIS: OBJETOS CARREGADOS DE INFORMAÇÃO

Como vimos no tópico anterior, o Arquivo é uma unidade de informação que pode apresentar variados tipos de gêneros documentais, entre eles, textuais, iconográficos, sonoros, cartográficos, bibliográficos, tridimensionais, etc. Com relação aos objetos tridimensionais, estes estão cotidianamente presentes em peças de coleções museísticas, e no contexto arquivístico, se fazem presente com maior expressão, nos acervos históricos e culturais, especialmente nos arquivos pessoais.

Do ponto de vista conceitual, o objeto tridimensional engloba diferentes tipos de recursos, matérias e formas, segundo o AACR2r (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004, p. 12 – apêndice D), os objetos tridimensionais são definidos como “Um artefato ou espécime que aparece na natureza em oposição a uma réplica.” São exemplos, moedas, medalhas, esculturas e outras obras de arte tridimensionais, objetos de exposições,

máquinas, vestuário, etc. Muitos desses objetos tridimensionais destacam-se pela diversidade da sua composição.

No contexto arquivístico, conforme vimos anteriormente, o documento entendido como uma unidade constituída de informação e seu suporte, independente de onde ela se materializa, isto é, independente do suporte. Gomes e Silva (2011) ressaltam que é importante entender o objeto enquanto documento de arquivo, pois geralmente esses documentos não apresentam uma linguagem na forma de texto, imagem ou som, sendo importante discutir o gênero documental tridimensional nos arquivos. A grande problemática que envolve esses documentos é o fato de serem desprovidos de metadados<sup>1</sup>, pois para compreendermos sua relação com o titular bem como sua relação com os demais documentos do acervo, faz-se necessário a aplicação do processo descritivo, sendo o titular ou o responsável pelo acervo, peças importantes nesse procedimento, sendo o porta-voz da informação incutida nessas relações. Diante desse contexto, para considerarmos o objeto tridimensional como documento de arquivo é necessário analisarmos o contexto que o mesmo foi gerado e acumulado.

Na atualidade, apesar dos materiais digitais estarem cada vez mais expressivos em relação à velocidade de criação, ao volume de informações e a variedade de formas de registro, o que conjecturam sobre os processos de organização e representação da informação, alguns gêneros documentais, tais como os objetos tridimensionais ainda não se incorporaram ao meio digital quanto seu valor e repercussão cultural, tal como alguns objetos tridimensionais. (BENDER; SIMIONATO; ALBUQUERQUE, 2006).

Nesse contexto o Código de Catalogação Anglo-Americano (2004) exemplifica os objetos tridimensionais como por exemplo: esculturas, objetos pessoais, moedas, máquinas, jogos, vestuário, entre outros. As regras também abrangem a descrição de objetos que aparecem ao natural, quando denominada de réalia, incluindo espécimes para microscópio (ou suas cópias) e outros preparados para exame, mas neste trabalho, nos detemos apenas aos documentos tridimensionais.

Gomes e Silva (2011, p. 42) classificam os objetos tridimensionais em quatro categorias:

- 1. Categoria objeto de trabalho** - objetos usados pelo homem nas suas atividades de trabalho.
- 2. Categoria objeto comemorativo** - objetos cuja função principal é homenagear pessoas e lugares, ou comemorar eventos, e que, geralmente não cumprem função utilitária.
- 3. Categoria objeto pessoal** - objetos criados para servir as necessidades pessoais dos indivíduos, tais como, proteção e higiene do corpo, adorno, crença.
- 4. Categorias objetos insígnias** - objetos usados

---

<sup>1</sup> Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, Metadados são dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender dados e/ou preservar outros dados ao longo do tempo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.116).

como sinais, distintivos, individuais ou coletivos, de função, dignidade, posto, comando, poder, nobreza, nação.

Essa classificação sugerida pelos autores relaciona-se à realidade documental do arquivo por eles estudado, sendo uma categorização, que pode ou não ser aplicada à realidade documental de outro espólio, a depender do titular, de suas relações e de sua trajetória pessoal, profissional e social.

Ainda não é tão difundida e natural a inserção deste tipo de documento nos arquivos, mas, se faz necessário que o arquivista compreenda a prática organizacional de todo e qualquer tipo de acervo, para garantir a função básica do arquivo que é tornar disponíveis as informações contidas nos documentos sob sua guarda, independente da sua composição, forma física e características intrínsecas e extrínsecas. As autoras Camargo e Goulart (2007) abordam a questão a partir do entendimento do que é documento tridimensional e sua relação com o arquivo sob o ponto de vista da funcionalidade:

Entende-se por documentação tridimensional aquela formada por objetos ou artefatos cuja funcionalidade de origem é, na sua maioria, alheia ao caráter probatório e referencial que assumem a posteriori, sobretudo por sua natureza simbólica, em relação aos demais componentes de arquivo. A manutenção do estatuto documental dos objetos depende, por isso mesmo, do contexto em que foram produzidos ou acumulados. (CAMARGO, GOULART; 2007, p. 106).

No âmbito da organização dos documentos de arquivos, não delimitamos que tipo de documento faz parte do acervo, geralmente essa relação com o gênero está relacionada especialmente ao tipo de arquivo que estamos lhe dando. No caso dos documentos tridimensionais, é o processo descritivo no âmbito da organização que vai viabilizar uma aproximação com o motivo pelo qual foi selecionado para fazer parte do acervo, que em geral trata-se de arquivos permanentes.

Nesse contexto, o processo descritivo deve ser realizado ancorando-se em instrumentos de descrição, como as normas de descrição arquivísticas nacional e internacional. Para garantir sua descrição correta devemos elaborar uma ficha descritiva, nesse caso, trabalhando com o nível 5 de descrição da NOBRADE, que trata do processo descritivo do item documental, sendo nessa perspectiva que nos ancoramos, propondo, pois, a elaboração de uma ficha descritiva para documentos tridimensionais, apresentada como uma proposta à ser aplicado nos arquivos permanentes.

### **3 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:** reflexão histórica, conceitual e metodológica

Neste tópico abordaremos como se deu o surgimento do processo descritivo, com foco nos seus aspectos históricos e conceituais, como surgem as normas descritivas, bem como a sua necessidade, com vistas a viabilizar o tratamento e a organização da informação arquivística.

Na literatura arquivística, a informação está em todos os meios sendo expressa em diversas maneiras, de forma natural e orgânica. A informação deve passar por um processo de tratamento com fins de estabelecer uma melhor representação, acesso, uso e recuperação. Na sociedade atual onde predomina o uso da tecnologia, a informação, é posta como aspecto no desenvolvimento das relações sociais, internas, profissionais, digitais e culturais.

De acordo com Moreno (2006, p. 79) a informação arquivística “é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades” formando assim o elemento do documento de arquivo como fonte para a história.

Nesse contexto Carvalho e Longo (2002, p. 115) reiteram que a informação arquivística apresenta organicidade, e referem-se a ela como:

Um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializada em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização. As informações orgânicas, quando organizadas e ordenadas, formam os arquivos.

É importante ressaltarmos que a informação é o ponto chave para os arquivos e para as mais variadas fontes de pesquisa, onde a mesma deve ser disponibilizada de forma rápida para o usuário da informação. Sobre este aspecto, recordemos Silva et al (2009):

O tratamento da informação, no sentido técnico do termo, visa precisamente a criação de <memórias>, passíveis de serem utilizadas sempre que houver necessidade de recuperar dados (informação) nelas armazenadas. Isto implica procedimentos de desenvolvimento de dispositivos susceptíveis de acionar os meios de acesso, com vista à recuperação da informação armazenada. (SILVA et al., 2009, p. 27).

Na atual sociedade, o uso excessivo das tecnologias de informação e comunicação associada ao rápido acesso, leva a informação a tornar-se um instrumento importante no contexto estratégico, para o desenvolvimento, impulsionando as relações sociais, culturais, profissionais e intelectuais. Nesse contexto, enquanto instrumento de transformação, a informação orgânica, precisa ser tratada, organizada e disseminada, para ser acessada mais rapidamente pelo usuário.

Corroborando Araújo (2009), evidencia que a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável, especialmente nos documentos desprovidos de metadados a olho nú. Sendo importante tratá-la para que esta possa alcançar o nível máximo de seu potencial, como recurso fundamental para condição humana no mundo.

A quantidade de informação que se materializa nos mais diversos suportes documentais, precisa ser tratada, ordenada e representada, para facilitar o acesso por parte do usuário da informação. A necessidade de representar aumenta ainda mais em documentos de gêneros diferentes do convencional, como as fotografias, que configuram o gênero iconográfico, os cds, o sonoro, os objetos tridimensionais, que são documentos dotados de informação, que não são vistas ou compreendidas enquanto documentos arquivísticos, no primeiro momento, pois são documentos desprovidos de metadados à olho nú. Logo, precisam ser representados para revelar a sua relação com o titular, bem como a relação dos documentos entre si.

A palavra representação está presente no contexto da humanidade, desde a pré-história. Etimologicamente, esta palavra é originária do latim “repraesentatio”, de “repraesentare” ou se fazer presente. No Dictionnaire Larousse, encontramos este conceito, estando ligado a vários domínios do conhecimento. (BEZERRA, 2006, p. 10).

Considera-se que há uma ambiguidade no termo de representação enquanto processo e produto, “além da ambiguidade referente ao termo de representação e em especial na representatividade da informação, o desempenho de suas técnicas pode contribuir para a disseminação da informação ou prejudica-la, quando não é realizada apropriadamente”. (DANTAS, 2015, p. 67).

A representação serve para que por meio de uma descrição arquivística, as informações sejam prestadas em muitos casos, sem necessariamente precisar disponibilizar em suporte físico o documento, nas quais a “[...] representação abordam vários aspectos, por exemplo, o processamento, a busca, a comunicação, a disseminação e a recepção da informação. Em outras palavras, está associada aos aspectos de tratamento, organização, gestão e uso da informação [...]” (BEZERRA, 2006, p. 10).

No campo empírico o papel da representação arquivística tem o intuito de ordenar e permitir o acesso aos documentos por intermédio de ferramentas de buscas, termo é fundamental para o papel do profissional arquivista, conforme relata Yakel (2003):

o termo representação arquivística será usado para a função de arquivamento comumente e variadamente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo "Representação arquivística" mais precisamente capta o trabalho real do arquivista em (re) ordenar, interpretar, criar substitutos e projetar arquiteturas para sistemas representacionais que contêm esses substitutos para substituir ou representar materiais arquivísticos reais. (YAKEL, 2003, p. 2, tradução nossa).

Novellino (1996, p. 38) relata que a caracterização da representação da informação está em “substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada”. A autora enfatiza que a representação da informação se dá de duas formas, a primeira é a “análise de assunto de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão linguística”. Já o segundo quesito é a “atribuição de conceitos ao documento analisado”.

Já Flávia Leão (2006, p. 12) compreende que a descrição arquivística “significa escrever sobre material de arquivo, sustentando os objetivos de representação e de classificação”, segundo a autora há ligação entre descrição e a classificação.

A representação da informação constitui-se uma atividade essencial para a prática arquivística, pois sua aplicação possibilita a recuperação da informação contida no acervo, independente do suporte em que se materializa, seja físico ou digital.

Em seu contexto histórico, o vestígio mais antigo de descrição arquivística conhecido, é um repertório de documentos em placas de argila, encontrado em arquivos privados da cidade de Nuzi, na Assíria, datado de 1500 a.c. (DURANTI, 1993). Esses registros descritos eram preservados para uso administrativo de seus criadores e a recuperação dos documentos era baseada em seu arranjo físico, recuperado por assunto e por ano.

Foi a partir de 1898, com a publicação do Manual dos Holandeses de Muller, Feith e Fruin, obra clássica publicada pela associação dos arquivistas holandeses, que se abrem caminhos para a construção de um espaço mais reflexivo sobre normas e técnicas arquivísticas. Fonseca (2005) considera esta obra, um marco inicial na arquivologia moderna, apresentando regras para atividades próprias da arquivística. Nesse contexto, Andrade e Silva (2008) ressaltam que o manual holandês acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado e atribuído pelo agente descritor. O manual holandês citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental mais geral até a descrição das unidades específicas do acervo.

Com a publicação desta obra, a descrição tornou-se tema de discussões teóricas e metodológicas no campo da Arquivologia. Mesmo com esse marco, Ribeiro (2005) alerta que as técnicas de tratamento documental precisavam ser aprofundadas e com relação à atualidade, a autora afirma que, embora existam normas descritivas, estas não tem aplicabilidade consensual e isto se deve ao fato da arquivologia ser uma área relativamente “recente”, que vem amadurecendo cientificamente através de pesquisas relativos aos instrumentos propostos e de estudos sobre essa aplicabilidade como é o caso das normas descritivas, nacional e internacional. O que difere da biblioteconomia, área que já tem instrumentos, normas e manuais com certa “solidez” na área de representação, ao passo que a arquivologia passa por um período de amadurecimento e conseqüente crescimento especialmente na seara da representação da informação.

Leão (2006) considera que no início do século XX, a descrição arquivística se distanciou do objeto inicial de controle dos acervos pela instituição custodiadora, para ser uma facilitadora da recuperação dos documentos, permitindo o acesso a um crescente número de usuários.

Até meados da década de 1980, o Conselho Internacional de Arquivo (CIA) define a descrição como a elaboração dos instrumentos de pesquisa, visando facilitar a consulta dos fundos e coleções (BONAL ZAZO, 2001, p. 156). Para o autor a segunda edição da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), lançada no ano 2000, contempla um novo aporte conceitual da descrição, nela, a descrição arquivística é conceituada como:

a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar, explicar documentos de arquivos e o contexto [...]. (CONSELHOINTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14).

Historicamente a iniciativa de normalização descritiva que teve como resultante a criação da primeira norma de descrição internacional, teve início nos anos 80. Em 1982, Steven Hensen adaptou vários capítulos da segunda edição do Anglo- American Cataloguing Rules (AACR2) para a descrição de documentos de arquivos. O resultado deste trabalho foi a obra: ARCHIVES PERSONAL PAPERS AND MANUSCRIPTS (APPM) que respaldada pela Sociedade dos Arquivistas Americanos e pela Biblioteca do Congresso Americano, alcançou a natureza normativa nos Estados Unidos. (LEÃO, 2006).

Poucos anos depois em 1986, Michael Cook publicou na Grã-Bretanha um Manual de Descrição, com características similares ao de Hensen, embora com conteúdo mais detalhado, o Manual Of Archival Description (MAD). No final dos anos 80 os Arquivistas Canadenses

publicaram a terceira grande obra normativa de caráter nacional a Ruélon Archival Description (RAD).

O desenvolvimento normativo norte-americano, canadense e britânico foi decisivo, influenciando o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) no início da década de 1990 a direcionar esforços na elaboração de uma Norma Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD (G).

No ano de 1996 foi criada a ISAAR (CPF), com o objetivo de completar a ISAD (G), esta norma regula a descrição do produtor, entidade fundamental para o contexto dos documentos descritos.

Quanto à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), devemos entender que ela não é uma simples tradução das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), seu objetivo consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o comitê de normas de descrição do CIA considerava importante. Ela foi criada pela Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA), câmara que foi formada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com o propósito de propor esta norma em conformidade com a ISAD (G) e ISAAR (CPF), e à partir de discussões com a comunidade profissional, no ano de 2006.

Esta norma estabelece diretrizes para a descrição arquivística no Brasil, objetivando facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária, fato este preconizado pela própria norma.

Sendo as normas, especialmente a brasileira, norteadoras na prática do processo de representação descritiva no campo da arquivologia, não obstante, tomaremos como foco norteador na elaboração de uma ficha descritiva para os documentos tridimensionais, a NOBRADE, elaborada para ser aplicada no nível 5 da descrição arquivística, que corresponde ao item documental.

### 3.1 REPRESENTAR PARA RECUPERAR: recuperar para viabilizar o acesso

Representar para viabilizar o acesso na atualidade vislumbrando na representação da informação arquivística, tanto nos suportes físicos como digitais, é uma realidade que os arquivos têm buscado para alcançar o máximo possível de usuários, na disponibilidade de

informações fidedignas e de documentos autênticos nos mais diversos suportes, é uma premissa que já se perdura por longos séculos, a utilidade que é dada aos arquivos para fins culturais, históricos e informacionais.

Essencialmente, a memória diante de um fato novo, nos trás a ressignificação a despeito da representação descritiva para uma recuperação mais adiante da informação, “a representação da Arquivística é o núcleo fundamental do trabalho arquivístico e, nesse sentido, a análise da Arquivística, sob um viés histórico-discursivo irá debruçar-se sob esses conceitos nucleares” (DANTAS, 2015, p. 18).

Para Leão (2006, p. 21) representar para recuperar o documento é um processo de “perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência da existência dos documentos, de favorecer a consulta dos pesquisadores em geral e de determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações de contexto e a relação interna dos documentos”. Ainda segundo a autora, a descrição é a “preservação de significado, o exercício de controle, e a provisão de acesso, concepções que, consideradas em conjunto, refletem todas as ideias que foram associadas com o termo “descrição” ao longo dos séculos” (LEÃO, 2006, p.21).

A autora relata que o método de descrição serve para viabilizar o processo de guarda, uso e controle dos arquivos, com representações necessárias para as unidades de descrições documentais no fornecimento de informações contextualizadas, permitindo que o objeto informacional interaja com o usuário, portanto, a “representação das informações documentais: “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos. ” (LEÃO, 2006, p. 27)

Nesse contexto, Dantas (2015) ressalta que a preocupação do acesso que gira em torno da representação documental são independentemente de sua natureza (física ou lógica), mas é necessário que o documento esteja devidamente representado para atender às necessidades informacionais dos usuários independentemente de suas questões adversas, podendo ser acessadas de maneira ágil, fácil e confiável.

Contudo representar significa proporcionar o acesso à informação, na Arquivologia utiliza-se de um processo de metadados para fazer a representação descritiva no ambiente eletrônico, no entanto, para Dantas (2015, p. 75) a representação pode ser “realizada através do delineamento de metadados para a exposição de informações relevantes aos usuários, sendo criados padrões arquivísticos possibilitando a descrição multinível, ou seja, a explanação sobre o fundo, seção, série, subsérie, dossiê/processo e/ou item documental”. Já Alves (2017, p. 22) afirma que,

A representação descritiva, ou descrição física objetiva subtrair as características físicas de um documento, através da identificação de informações específicas, utilizando padrões e normalizações para estabelecer um conjunto de dados capazes de referenciar precisamente cada documento e de lhes atribuir um caráter único, de exclusividade, que possa auxiliar numa posterior recuperação e visualização do documento pelos usuários do arquivo.

Em suma as normas da ISAD (G) e ISAAR (CPF) são elementos essenciais para descrição tanto de conjuntos documentais, como também do documento em si, isolado de acordo com os princípios arquivísticos, bem como a NOBRADE, que associa em seu escopo a demanda atingida mais uma área, que é a área oito, que traz os pontos de acesso, sendo aplicada sem necessitar da associação com a ISAAR (CPF)

A representação documental é de bastante importância para o sistema de informação arquivística no qual para representar é necessário que a informação esteja tratada de acordo com as práticas arquivísticas tanto nos suportes físicos como nos digitais.

No cenário histórico e epistemológico que envolve as bibliotecas, museus e centro de documentação, recai a disparidade da recuperação da informação para alcançar usuários internos e externos, e para que isso aconteça, é necessário que esses ambientes informacionais disponham o acesso e uso para a disseminação. No entanto, parte-se para o profissional da informação ter que representar os elementos descritivos como os documentos/coleções, e em virtude disso de acordo com suas técnicas, aplica-las para recuperar e viabilizar o acesso e uso.

Nesse sentido, a representação seria um substituto do documento armazenado no sistema, com a finalidade de possibilitar sua recuperação. Nesse processo de representação, o documento, ou um conjunto de documentos, pode ser substituído por um conjunto condensado de informações, a fim de que se torne possível sua localização e uso pelos usuários. (ALVARENGA, 2003, p. 23).

Em se tratando de representar para recuperar, Novellino (1998, p. 137) infere que a “representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação”.

Não obstante, Novellino (1996, p. 37) ainda erudita em usar a transferência da informação para a “organização do conhecimento e recuperação da informação em determinadas ações comunicativas, que são aquelas que se dão entre produtores e consumidores de conhecimento”.

Diante desta lacuna, para Novellino (1996) as ações de comunicação se dão de duas formas intervindas no ponto de vista da informação na “recuperação” ou na “representação”. Na recuperação a “ênfase é dada à abordagem cognitiva, na qual a compreensão que o usuário tem de determinadas disciplinas ou áreas de assunto prevalecem, bem como seu comportamento

no que diz respeito à busca por informações”. No que concerne à representação a autora expõe que a “ênfase é dada à organização do conhecimento. [...] visando a elaboração de instrumentos e métodos para a representação das informações geradas nessas áreas de assunto” (NOVELLINO, 1996, p. 37-38).

Nesse contexto, a representação da informação arquivística nestes inestimáveis conceitos, aplicar-se-á nos documentos tridimensionais, que está inserida no foco da pesquisa, são procedimentos que envolvem critérios padronizados na representação documentária, alguns estudos que remontam o processo descritivo dos documentos tridimensionais à norma descritiva da Biblioteconomia, nós estamos propondo, para a construção desta ficha descritiva, transitarmos apenas nos caminhos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a NOBRADE.

#### **4 A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS DOCUMENTOS TRIDIMENSIONAIS: aplicabilidade e importância**

Quanto à representação da informação recordemos Barros (2012, p.17) que relata ser “uma operação de mediação entre um universo de fontes de informação e um universo de usuários de informação. ” No contexto dos acervos arquivísticos, aplicar a representação da informação de maneira descritiva é uma maneira de viabilizar o acesso e consequente uso do documento por parte do usuário da informação. Nesse contexto Brascher e Café (2008) entendem que o processo de representação descritiva, leva a um conjunto de elementos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Alves (2017, p.24) alerta: “A representação da informação é realizada através do delineamento de metadados, o que já não é mais novidade para Arquivologia, tampouco para biblioteconomia, áreas que vêm produzindo e padronizando metadados ao longo do tempo. ” Tratar documentos convencionais é mais fácil, pois os mesmos já são contemplados com informações registradas, o que facilita o acesso aos dados que envolvem o documento. Porém quando tratamos de documentos tridimensionais, entender a sua relação, e as informações que os permeiam é mais delicado, requerendo uma parceria, do arquivista com o titular do acervo ou alguém que esteja responsável por ele.

No processo de representação da informação é necessário que haja uma normalização dos metadados para garantir a efetivação no sistema de informação, quanto maior a padronização, mais facilmente ocorre a recuperação da informação. Para tanto, a utilização de

normas, reflete o caminhar para padronização. No entanto sabemos que a NOBRADE, norma que estabelece diretrizes para descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. E embora voltada preferencialmente para descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fase corrente e intermediária.

O pressuposto da norma de descrição arquivística brasileira é o de organizar as informações sobre o documento, e suas relações à partir de metadados, elementos de descrição comuns, estando entre eles sete, que tem caráter obrigatórios.

Paiva (2014) pondera que no processo descritivo tanto o arquivista como os responsáveis pelo acervo, sejam o titular, familiares ou até mesmo as entidades custodiadoras, precisam tomar decisões sobre os recursos que deverão ser utilizados, no processo descritivo.

Logo, nos reportamos à NOBRADE que tem como pressuposto básico, o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando assim como a ISAD (g) alguns pressupostos, entre eles: a descrição do geral para o particular, trabalhar com a informação relevante para o nível de descrição, manter as relações hierárquicas entre as descrições e preconiza a não repetição de informação. A norma brasileira defende a existência de seis níveis de descrição, sendo eles: entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4), item documental (nível 5).; sendo admitidos como níveis intermediários: o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). **Nossa proposta transita apenas no nível 5, ítem documental.**

Sabendo-se que o objetivo da descrição arquivística é o de identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, com a finalidade de promover o seu acesso e uso, reiteramos a necessidade de criação de representações adequadas ancoradas em representações de acordo com modelos pré-determinados. No processo de descrição arquivística são registradas informações relativas à criação, avaliação, registro de entrada, conservação, arranjo do documento. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. (BRASIL, 2006).

Quanto à estrutura da Norma, esta está ancorada em oito áreas, das quais: (1) Área de identificação; (2) Área de contextualização; (3) Área de conteúdo e estrutura; (4) Área de condições de acesso e uso; (5) Área de fontes relacionadas; (6) Área de notas; (7) Área de controle da descrição e (8) Área de pontos de acesso. Esta última, não existe na estrutura da norma de descrição arquivística internacional.

Em um paralelo, percebemos que além de uma área a mais, a NOBRADE, possui 28 elementos de descrição, dois elementos a mais (6.1 e 8.1), ficando assim constituída. No contexto dos elementos obrigatórios para elaboração do processo descritivo, **são sete, a saber:** o código de referencia; o Título; a (s) Data(s); o Nível de descrição; a Dimensão e suporte; o Nome(s) do(s) produtor(es) e as Condições de acesso.

É importante destacarmos que esta norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero, e que informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas. (BRASIL, 2006).

Nesse contexto elaboramos uma ficha descritiva para ser aplicada em documentos tridimensionais, conforme segue abaixo.

**Figura 1:** Ficha descritiva para objetos Tridimensionais

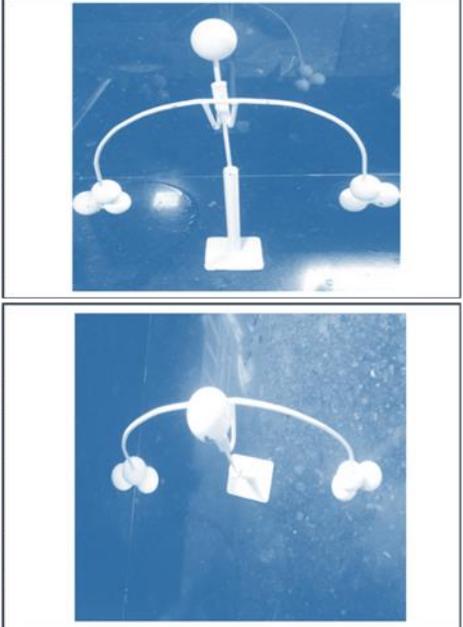
FICHA DE DESCRITIVA	
<b>1. ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
1.1 CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	
1.2 TÍTULO:	
1.3 DATA DA PRODUÇÃO	
1.4 NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	
1.5 DIMENSÃO E SUPORTE:	
1.5.1 GÊNERO:	1.5.6 ALTURA:
1.5.2 ESPÉCIE:	1.5.7 MATERIAL:
1.5.3 SÉRIE:	1.5.8 COR:
1.5.4 LARGURA:	1.5.9 PESO:
1.5.5 FORMA:	1.5.10 PROFUNDIDADE:
<b>2. ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	
2.1 AUTOR/FABRICANTE:	
2.2 FORMA DE AQUISIÇÃO:	
<b>3. ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</b>	
3.1 CONDIÇÕES DE ACESSO:	
<b>4. ÁREA DE CONTROLE DE DESCRIÇÃO E NOTAS</b>	
4.1 CONDIÇÃO DE CONSERVAÇÃO:	
4.2 FUNÇÃO DO DOCUMENTO:	
4.3 COMPILADOR:	
4.4 DATA:	
4.5 NOTAS GERAIS:	
4.6 DESCRITORES:	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Para entendermos melhor o processo de aplicação da ficha descritiva em documentos tridimensionais, elaboramos e aplicamos a ficha em um documento tridimensional do acervo pessoal da autora, vislumbrando ilustrar melhor a sua aplicação, conforme observamos na **figura 2.**

**Figura 2:** Aplicação da ficha descritiva

FICHA DE DESCRITIVA	
<b>1. ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
1.1 CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR PB AMX	
1.2 TÍTULO: BONECO DO EQUILIBRIO	
1.3 DATA DA PRODUÇÃO: 2011	
1.4 NÍVEL DE DESCRIÇÃO: ITEM DOCUMENTAL – NÍVEL 5	
1.5 DIMENSÃO E SUPORTE:	
1.5.1 GÊNERO: TRIDIMENSIONAL	1.5.6 ALTURA: 20cm
1.5.2 ESPÉCIE: BONECO DO EQUILIBRIO	1.5.7 MATERIAL: FERRO FUNDIDO
1.5.3 SÉRIE: PESSOAL - TRABALHO	1.5.8 COR: BRANCO
1.5.4 LARGURA: 30cm	1.5.9 PESO: 345g
1.5.5 FORMA: ESQUELETO HUMANO	1.5.10 PROFUNDIDADE:
<b>2. ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	
2.1 AUTOR/FABRICANTE: José Antônio Pereira	
2.2 FORMA DE AQUISIÇÃO: DOAÇÃO/PRESENTE	
<b>3. ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</b>	
3.1 CONDIÇÕES DE ACESSO: RESTRITO	
<b>4. ÁREA DE CONTROLE DE DESCRIÇÃO E NOTAS</b>	
4.1 CONDIÇÃO DE CONSERVAÇÃO: BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
4.2 FUNÇÃO DO DOCUMENTO: DECORAÇÃO	
4.3 COMPILADOR: ANGELA MARIA XAVIER	
4.4 DATA: 10/06/2018	
4.5 NOTAS GERAIS:	
4.6 DESCRITORES: ESQUELETO HUMANO, BONECO DE AÇO, BONECO DO EQUILÍBRIO	



**Fonte:** Elaborado pela autora (2018)

Consideramos importante também destacarmos o quanto é delicado representar as informações em torno de documentos tridimensionais, haja vista que, sozinhos, enquanto profissionais da informação, o máximo que alcançaremos é a descrição física do documento, bem como o nível de descrição e o gênero. Se fazendo necessário a presença do titular, ou de familiares, de pessoas que compreendam produtor e suas relações com os documentos tridimensionais, muitas vezes, objetos pessoais.

Conforme a proposta deste trabalho que versa sobre a análise e aplicação do processo de representação descritiva da informação arquivística em documentos tridimensionais. Foi analisado a fimco a produção científica de diversos autores e as normas nacionais e internacionais, que tratam da temática. Observamos pouca inovação, no que tange a descrição arquivistas de documentos tridimensionais no Brasil, apenas o que se tem como referência é a NOBRADE, que se coloca de forma abrangente, quando recomenda seu uso para qualquer tipo de documento. Não existe nada direcionado para descrição de documentos tridimensionais. Assim sendo, para representar um documento tridimensional é preciso levar em consideração as diretrizes da NOBRADE, o conhecimento prévio do acervo e a parceria com o titular ou o responsável pelo acervo, peças importantes nesse procedimento, sendo o porta-voz da informação inculida nessas relações, deste modo podemos resgatar as informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos tridimensionais. De posse dessas ferramentas, podemos representar este gênero documental, de forma a viabilizar o acesso e uso das informações contidas nos

objetos de arquivos, considerados também como documentos, uma vez que possuem uma carga informacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho, possibilitou uma análise de como encontra-se a produção científica, sobre a temática descrição da informação arquivística para objetos tridimensionais. E através deste estudo, verificou-se como se dá o processo de descrição para este gênero documental. Identificamos que os objetos tridimensionais, estão cotidianamente presentes em peças de coleções museísticas, e no contexto arquivístico, se fazem presente com maior expressão, nos acervos históricos e culturais, especialmente nos arquivos pessoais. Nesse contexto, o processo descritivo deve ser realizado ancorando-se em instrumentos de descrição, como as normas de descrição arquivísticas nacional e internacional. Para garantir sua descrição correta deve-se elaborar uma ficha descritiva, nesse caso, trabalhar com o nível 5 de descrição, que trata do processo descritivo do item documental.

Como resposta ao que foi proposto, destacamos que existe poucos estudos e publicações no Brasil, de caráter científico, sobre a descrição arquivística. Predominam as publicações de caráter técnico, notadamente a tradução e publicação do conjunto de normas internacionais publicadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a produção e publicação da NOBRADE, além dos instrumentos de pesquisa produzidos pelas próprias instituições detentoras de acervos arquivísticos.

Quanto ao processo de descrição, se dá por meio da utilização das diretrizes da NOBRADE, pelo conhecimento prévio do acervo e em parceria com o titular ou o responsável pelo acervo, peças importantes nesse procedimento, sendo o porta-voz da informação incutida nessas relações. Para entendermos melhor o processo de aplicação da ficha descritiva em documentos tridimensionais, foi elaborada e aplicada uma ficha, em um documento tridimensional do acervo pessoal da autora, vislumbrando ilustrar melhor a sua aplicação. Para seu preenchimento, tomamos como base o item documental ou peça de um processo/dossiê. Na sua composição, utilizamos 6 áreas das 8 propostas pela NOBRADE, a saber: **Área de identificação**, a qual é destinada para informação essencial, como código de referência da instituição, título do objeto, data de acumulação, nível de descrição, gênero e espécie, série. **Área de contextualização**, a qual é destinada à informação sobre origem e custódia da unidade de descrição, como: autor/fabricante, localização, organização, forma de aquisição. **Área de**

**condições de acesso e de uso**, destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade. **Área de controle da descrição e notas**, que ficaram juntas, e compreende os elementos: condições de conservação, função do documento, compilador, data, notas gerais. **Área de pontos de acesso**, compreende apenas o elemento descritores, que se refere a palavras sinônimas para representar o objeto. Além destas 6 áreas, da NOBRADE, foi acrescentada mais uma, a **Descrição física**, composta pelos elementos: largura, forma, altura, material, cor, peso, profundidade e raio, que servem para representar a forma física do objeto.

Portanto, podemos concluir que o processo de descrição para documentos tridimensionais, presentes nos arquivos históricos, culturais e pessoais, é tão importante quanto a qualquer outro tipo de documento tradicional, pois, este tipo de documento é carregado de informações, que precisam ser recuperadas, acessadas e disponibilizadas seja, pelo seu titular, familiar ou sociedade. Desse modo, consideramos que nossa proposta é bastante enriquecedora para área de Arquivologia, por ser uma área pouco explorada. Esta pesquisa não foi suficiente para esgotar o assunto, por isso, sugerimos que seja realizada novos estudos sobre o tratamento arquivístico para objetos tridimensionais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberti Ávila. Correntes teóricas da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da  
ALVES, Theresa Cynthia Miranda Souza. **Representação descritiva da informação arquivística**: proposta de descrição de medalhas no acervo José Simeão Leal. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ALVES, Theresa Cynthia Miranda Souza. **REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**: Proposta de descrição de medalhas no Acervo José Simeão Leal. . Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **PontodeAcesso**, v.2, n.3, Bahia, p.14-29. 2008 Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005275&dd1=f04ba>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BENDER, Layra Andressa Paulino; SIMIONATO, Ana Carolina; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Revista AS COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS: A CATALOGAÇÃO DE MOEDAS. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 76-88, dez./mar., 2016.

BEZERRA, Fabíola Maria Pereira. **A representação temática nos sistemas de informação**: um estudo comparativo entre bibliotecas e supermercado. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação). Porto: Faculdade de Engenharia na Universidade do Porto, 2006. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/12325/2/%20Texto%20integral.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BONAL ZAZO, José Luis. **La descripción archivística normalizada**: origen, fundamentos, principios y técnicas. España: Ediciones Trea, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CARVALHO, Elizabeth Leao; LONGO, Rose Mary Juliano. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 113-133, dez. 2002. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1703>>. Acesso em: 01 maio 2018.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed. rev. Tradução da Comissão de Documentação e Processos Técnicos da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isadg2001.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CORDULA, A.C.C. **POLÍBIO ALVES ENTRE CONTOS E ENCANTOS: o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DANTAS, Célia Medeiros. **Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte**. João Pessoa. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5430/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2018.

DURANTI, L. 1993. Origin and Development of the Concept of Archival Description. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, 35, p. 47-54. Florianópolis, n.15, 1º semestre 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18/5233>>. Acesso em: 06 maio 2018.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, M. A.; SILVA, M. C. S. M. E. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. **Arquivo & Administração**, v. 10, n. 1, p. A03, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/29400>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.moyak.com/papers/archival-descriptive-standards.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Minas Gerais, Escola de Ciência da informação, 2006.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

Disponível em:

<[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/05/pdf\\_0e3cc20139\\_0010458.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_0e3cc20139_0010458.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2018.

ORTEGA, C. D. Documentação como uma das origens da ciência da informação e uma base fértil para a sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 1, p. 3-34, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8922>>. Acesso em: 01 Abr. 2018.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje.

**Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 3, 2010. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008400/cca9a49474077340b069f1222c313618>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

PAES, M. L. **Arquivo**: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAIVA, Tuanny Bezerra. **Descrição Arquivística para objetos tridimensionais: estudo de caso no arquivo do fórum criminal da capital paraibana**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. Curso de graduação em Arquivologia, João Pessoa, 2014.

SILVA, A. M. da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RENAU, Leonardo Vasconcelos ; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/7dc9/ebd0657b0d343e4e39ff8851f9c6ebf946f6.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

WOLEDGE, G. Bibliography and Documentation: words and ideas. **Journal of Documentation**, v. 39, n. 4, 1983. p. 266-279, 1983.

ROSSATO, Flávia Helena Conrado ; FLORES, Daniel. Documento Arquivístico: Reflexões Acerca do Patrimônio Cultural. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Campus Porto Alegre**, Porto Alegre, v.2 n.3, p. 35-47, jul/dez. 2015.